

(2010) AAVV, *REFLEXÕES SOBRE MUNDIVIDÊNCIAS DA AÇORIANIDADE*.
PONTA DELGADA, UNIVERSIDADE DOS AÇORES.*

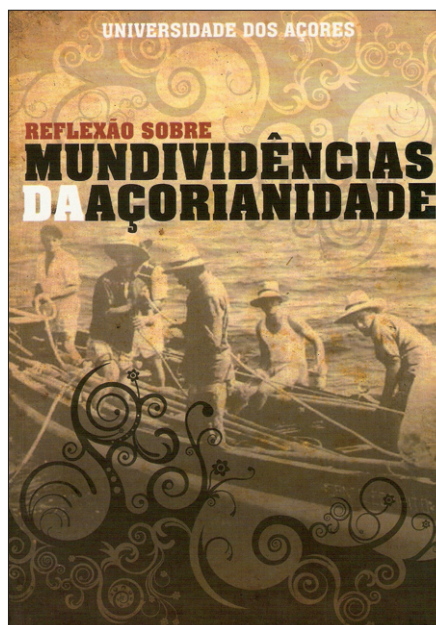
Ricardo Manuel Madruga da Costa – Núcleo Cultural da Horta.

Quando em 1932 na revista *Insula*, por ocasião das comemorações do V Centenário do Descobrimento dos Açores, Vitorino Nemésio cunhou de forma indelével e em termos a sugerir uma quase sonoridade poética, os traços mais salientes daquilo que ele próprio definiu como o “essencial da consciência do ilhéu”, não suspeitaria, provavelmente, que um tão imaginativo certificado de origem suscitasse as mais variadas e, por vezes, desconstruídas divagações. Na verdade, em torno do conceito “açorianidade”, têm proliferado os escritos e conferências, seminários, projectos e colóquios e outros mais eventos e eventualidades que a fértil imaginação de uns, o oportunismo de outros, ou o simples e genuíno gosto pelo aprofundamento das coisas da nossa condição existencial vai fazendo acontecer. Como agora com estas mundividências que nos aparecem como oportunidade de revisitação,

perspectivada a várias e qualificadas vozes para oferecer novidade, reinvenção movida sob o impulso da criatividade e, até, controvérsia, que a liberdade pensante sempre pode gerar.

E vamos ao nosso livro.

Será certamente útil e oportuno começar por vos dizer que o livro que agora se divulga tem a sua origem mais remota num projecto da respon-



* O presente texto corresponde à apresentação pública da obra em título, em sessão realizada no auditório da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada no dia 8 de Outubro de 2010.

sabilidade de um grupo de docentes de filosofia da Universidade dos Açores visando uma reflexão estética sobre a mudividência da açorianidade. Por isso o acrónimo REMA para designar o projecto referido. Mais proximamente, as 245 páginas agora reunidas em volume resultam da realização de uma Conferência Internacional realizada na Universidade dos Açores no passado mês de Novembro. Revelada a filiação do trabalho que nesta oportunidade chega às vossas mãos, a convocar cada um dos presentes para uma leitura que será certamente estimulante contributo para um aprofundamento de problemáticas cuja abordagem, tantas vezes, carece de análise séria e reflectida, prossigamos com a caracterização do volume.

Num alinhamento que não corresponde exactamente ao ordenamento seguido na organização da Conferência que lhe está na origem, provavelmente por razões de homogeneidade temática ponderadas pelas suas coordenadoras, Professoras Gabriela Castro, Berta Miúdo e Magda Carvalho, o livro inclui a quase totalidade dos trabalhos apresentados, os quais revestem a forma de comunicações lidas ao longo de sessões abertas e de duas Mesas Redondas abordando temáticas previamente propostas. Uma conferência de abertura e outra de encerramento, completam o volume a que se juntam as palavras de abertura

do Magnífico Reitor e uma apropriada nota de apresentação do projecto REMA a que acima nos referimos.

Em começo de apresentação e penetrando um pouco mais nos meandros de uma leitura que é por vezes um desafio e, até, não isenta de surpresas face a intervenções que configuraram um tom verdadeiramente provocatório, sublinharia que o próprio título do livro – o mesmo que deu nome à conferência que lhe está na génese – não deixa de causar alguma perturbação. De facto, no título coexistem dois termos que a leitura dos textos provará implicarem alguma ambiguidade. De um lado o vocábulo “mundividência” que a quase totalidade dos dicionários insiste em omitir e, por outro, essa controversa invenção nemesiana, que na insularidade específica dos Açores descobriu os traços que haveriam de produzir esse sonante adorno da nossa condição humana que dá pelo nome de “açorianidade”, que a uns envaidece como se o atributo definisse honrosa estirpe desta gente atlântica que insiste em proclamar-se pela diferença, e que, para outros, suscita a maior reserva e, mesmo, alguma repulsa. É mesmo curioso notar que o conceito de “mundividência” está praticamente ausente das várias intervenções, parecendo poder inferir-se que a sua compreensão é mais intuída do que racionalmente assimilada no sen-

tido de abarcar uma visão e concepção do mundo tal como é apercebido por cada um de nós em função da sua “circunstância”, para me socorrer de Ortega y Gasset. Mas ultrapassemos o reparo, que afinal não deixará de ter seu préstimo para destacar o objecto e o propósito do conjunto de propostas de leitura que este livro oferece. E já nos ficam achegas para tratar mais em detalhe os contributos dos vários autores.

Depois da conferência inaugural do Professor Brandão da Luz, dando espaço à divulgação de um período inovador que nos Açores consubstanciará uma época de viragem na forma de abordar o conhecimento o que, na perspectiva naturalista subjacente, proporciona o entendimento do mundo e da vida concreta, segue-se o trabalho “Os Açores. Geografia ou História – eis a questão” da responsabilidade do Professor António Machado Pires. Dir-se-ia que este era mesmo o lugar apropriado para situar o tema que apresenta numa elaborada reflexão que oscila entre duas vertentes – a da história e a da geografia – que na sua clarificação conceptual explicam o homem insular, permitindo a sua compreensão. Aquilo a que, de forma muito feliz, refere como o ADN onde coexiste um elemento histórico transportando a marca da lusitanidade a que acresce a experiência vivida nas ilhas. Vem depois a in-

terpretação dos factores explicativos da criação inspirada de Vitorino Nemésio ao definir o conceito de “açorianidade” que Machado Pires acolhe como se fora um termo que exprime “uma espécie de ontologia insular”. No contexto das reflexões publicadas este é, porventura, um texto com uma função matricial; uma espécie de quadro de referência. Aceito, naturalmente, que o juízo que agora emito, corresponde a um posicionamento favorável ao entendimento da açorianidade como conceito pleno de sentido, facto que poderá ser mal aceite pelos que o consideram *démodé*.

Onésimo Almeida, em “Açorianidade – prolongando antigas reflexões”, prossegue de algum modo o tratamento de aspectos da abordagem anterior, embora concentrando-se na visão mais específica dos sentidos, limites e perspectivas da açorianidade, num exercício de reavaliação de trabalhos seus em torno do tema, defendendo um processo dinâmico, aberto e conservando a sua validade plena, nomeadamente em relação aos que daqui se apartaram, como quem viaja levando os Açores consigo. Não o diz, mas ao afirmá-lo, bem poderá ter tido em mente a sugestiva metáfora das *Ilhas Emaladas* de Tomaz Borba Vieira. E a propósito, João de Brito, ele também pintor, apropriando-se de um estranho neologismo, tece considerações sob o título “Exonome em

Arte”. Talvez de forma intencional, faz uma abordagem que se insere com justeza nos propósitos do projecto inicial de uma reflexão estética a que acima nos referimos, neste caso sobre as manifestações de artistas açorianos. Os termos da reflexão de João de Brito são verdadeiramente inovadores e o artista apresenta-se como um caminhante, sem que isso signifique desenraizamento, assumindo um estado de “suspensão” em que a sua itinerância, qual “cidadão do mundo”, expressão que adopta, se revela potenciadora de criatividade mas podendo acolher contributos ancestrais que a obra de arte evidenciará.

Surge então no livro um conjunto de intervenções integradas na Mesa Redonda subordinada ao tema da “Identidade e Autonomia”. Porventura a problemática que maior controvérsia suscita, como ainda recentemente pudemos observar por ocasião do debate em torno da expressão “povo açoriano” em sede de discussão de revisão estatutária.

A primeira intervenção, “Açorianidade, Identidade e Autonomia”, da responsabilidade do moderador, Professor Carlos Pacheco do Amaral, revela-se, porventura, como o discurso mais heterodoxo no conjunto de todos os trabalhos. Para lá de um muito elucidativo enunciado sobre a evolução da autonomia “como elemento de organização social e polí-

tica”, sublinha a reinvenção dos corpos intermédios, que a autonomia implica, como razão essencial da necessidade de forjar uma ideia de uns Açores tomados como um “Portugal peculiar” e os açorianos como uns “portugueses específicos”. Para isto, a fundamentação numa identidade açoriana, que retira do conceito de açorianidade o seu sustentáculo, seria recurso fundamental na formulação do discurso político. A açorianidade, na linha de pensamento articulada pelo autor da intervenção, deixa de ser base de sustentação de uma argumentação a favor da autonomia afirmada pela diferença, mas é encarada hoje como apenas podendo afirmar-se por uma via de integração no espaço nacional e europeu. A verdade é que, para lá do interesse e pertinência de algumas considerações no campo da filosofia política, terá de reconhecer-se que a sua visão crítica em torno de alguns dos aspectos específicos sobre a “açorianidade”, a terem acolhimento, comprometeriam a própria integridade da obra agora editada. Na Mesa Redonda seguiu-se uma exposição tendo por título “Identidade e Autonomia: uma breve revisitação” da autoria do Professor Carlos Cordeiro. Muito ao seu gosto, em tema que lhe é caro, remonta às origens e ao enunciado Oitocentista da “noção ressentida da diferença” como elemento legitimador dos anseios por

soluções diferenciadas em função dos particularismos das ilhas, derivando para uma leitura mais ousada, já com Aristides Moreira da Mota, fundada na identidade como tradução de uma consciência individual e colectiva específicas, que as expressões de solidariedade reforçam e valorizam. Filomena Ferreira transporta-nos em seguida para uma realidade mais próxima, numa análise centrada no discurso político de Mota Amaral, detendo-se sobretudo numa linha dominante do seu pensamento assente na ideia da “unidade açoriana” como valor essencial e estruturante da nova realidade política surgida após o 25 de Abril em que a autonomia regional se afirmou e se construiu. A intervenção faz a abordagem, com sólido fundamento documental, do percurso e da evolução do pensamento de Mota Amaral em que a própria construção do edifício institucional é entendida como instrumental na consolidação do sentido de unidade tomado como condição de eficácia no desenvolvimento dos Açores. Esta Mesa Redonda encerra com o escultor Daniel Oliveira e o desenvolvimento do tema “Autonomia Artística”. O “processo de evolução que integra e assimila novos elementos e identidades”, como o artista afirma, assentará em permanências nas quais a insularidade está presente, permitindo recriar novas identidades. Destacando a au-

tonomia do artista, interroga-se sobre a presença, ou não, de um elemento de açorianidade na arte, questionando, de igual modo, a existência de uma “arte açoriana”. Uma tal problematização não o impede, entretanto, de propor à reflexão elementos de referência susceptíveis de uma leitura açórica num quadro de universalidade, seja-me permitida a expressão, ainda que ele próprio hesite numa identificação da sua obra com uma tal conotação. Há mesmo neste esforço, do meu ponto de vista, uma tentativa fundada em argumentação manifestamente rebuscada.

Francisco Cota Fagundes no texto apresentado ao retomarem-se as comunicações, confronta o leitor com aquele que, porventura, constituirá um expressivo testemunho de carácter pessoal trazido à conferência, talvez a resposta mais centrada nos desafios que o tema proposto subentendia. Neste testemunho dá conta de uma condição existencial profundamente sofrida, expondo-se com grande humildade, numa partilha pungente enquanto reflexo de uma experiência em que o seu percurso de vida como emigrante, permitiu avaliar dois mundos contrastantes. Sem esconder os ressentimentos e as feridas profundas daí resultantes, que a oportunidade de aceder ao estatuto de académico qualificado por uma prestigiada Universidade Americana,

habilitou a apreciar e a descodificar. Cota Fagundes, no significativo tempo vivido entre os mundos da sua juventude e o espaço imenso da sua experiência americana, propiciadora de maturação individual, confronta açorianidades assumidas e recusadas que a marcha do tempo permitiu retomar, reassumir e reformular. Uma reflexão fascinante e uma autêntica “via dolorosa” invertendo, por vezes surpreendentemente, o sentido dos conceitos como essa visão de uma insularidade mais atroz e cruel como a que em terras do El-Dourado Americano se podia experienciar no degredo do Vale de S. Joaquim, que ele sentiu como uma insularidade mais profunda e perturbadora do que aquela que aqui, às vezes pintando-a com tonalidades romanticamente rebuscadas, nos entretemos a teorizar. Há certamente mais mundo do que este que Francisco Cota Fagundes desvenda de um modo tão despojado, procurando penetrar nesta problemática das mundividências com as implicações daquilo que é mais querido a cada um de nós, que é a própria condição humana despida de roupagens acidentais.

Não se estranhará, certamente, que Vamberto de Freitas, na comunicação seguinte, nos conduza para o terreno das literaturas. Plural, direi, muito adequado, já que visa tratar das de cá e das de lá, como sugere o próprio

título “Imagens da América e dos Imigrantes. Um duplo olhar”. Vamberto de Freitas, num escrito carregado de erudição, desenha-nos elucidativo panorama nesta área específica comum no que toca a obra produzida, identificando fragilidades e lacunas, a que não falta a denúncia de uma tolerância paternalista incapaz de reconhecer a grandeza desta literatura a que, sugestivamente, designa “dos desenraizados”.

“Construção da açorianidade nas festas do Espírito Santo?” é o título que Fernanda Enes adoptou para a sua reflexão e ao qual após um ponto de interrogação. Reconhece, porém, naquele culto, uma forte “marca identitária do povo açoriano”, sublinhando que as gentes que se derramaram pelas sete partidas do mundo se apropriaram da sua simbologia, assumida como estruturante, seja qual for o espaço onde se fixaram. Tão expressiva esta marca de um “culto resistente”, como adjectiva a historiadora, e que Nemésio refere como “dedada indelével”, cuja simbologia o poder político não resistiu a apropriar-se, projectando-a no plano da representação regional.

Regressamos às literaturas com “A ecocrítica e os Açores. Prolegómenos” a cargo de Victor K. Mendes. O texto reflecte uma inovadora escola de pensamento cujo objecto é o de pensar as relações entre litera-

tura e o ambiente físico, transpondo, deste modo, como diz o autor, a visão antropocêntrica para o contexto do mundo natural. O ensaio do autor visa afinal uma interpretação capaz de definir a própria natureza do que é ser açoriano à luz do discurso literário, enquanto este se apresente impregnado de elementos naturais susceptíveis de uma leitura identitária.

Fora do contexto inicial previsto para ser presente numa mesa redonda, Chrys Chrystello começa por fazer uma incursão em que predomina um discurso poético conduzido pelo mundo da lusofonia no qual integra um périplo insular. Na sua exposição não escapa a decantada questão da “literatura açoriana” que circunstâncias identificáveis no passado recente tornaram um tanto embaraçosa em virtude de uma conotação com algo que poderia entender-se como “separatismo literário”, a tornar recomendável a introdução de uma *nuance* proposta por Machado Pires ao falar, preferencialmente, de uma “literatura de significação açoriana”, a que outros sugeririam a ideia de uma “matriz açoriana”. Chrystello neste seu trabalho, oferece-nos por fim um longo exercício de análise literária traçando um percurso valorativo incidindo sobre figuras representativas do panorama literário açoriano.

Extra programa, mas em momento de tocante criatividade, a que a aborda-

gem filosófica subjacente, numa espécie de “mano a mano” de reflexão estética com um dos seus eleitos, Paul Ricoeur, empresta particular densidade ao nível da análise, Gabriela Castro debruça-se sobre duas telas de enorme significado e simbolismo e que não hesitaremos em destacar como peças emblemáticas no panorama da cultura açoriana. Refiro-me aos *Emigrantes* de Domingos Rebelo e aos *Regressantes* de Tomás Borba Vieira. Gabriela Castro agarrou – permitam o verbo cuja rude sonoridade me sugere o vigor e a oportunidade ousada da abordagem – agarrou, dizia, estas duas obras articulando uma leitura que traduz, de facto, o reflexo de uma mudividência que a experiência do fenómeno emigratório – que não esgota a problemática das mudividências, sublinhe-se – permite aperceber de modo privilegiado. Como dirá no final Michel Renaud, a emigração agudiza a consciência sólida de uma diferença. As obras dos dois artistas como que se situam num plano de confronto, uma espécie de harmonização de contrários em processo dialéctico forjado num tempo longo vivenciado por gente forçada a abandonarem a sua terra de origem – os Açores. Gabriela Castro apreendeu com hábil argúcia o sentido profundo de cada elemento, de cada objecto, de cada cor, descortinando o seu significado numa “metamorfoso-

se”, como ela própria designa, des-codificadora de uma linguagem que define e caracteriza a açorianidade. Não sei se se por esse mundo além, será fácil encontrar, ao nível da obra de arte, exemplos que permitam observar este confronto de olhares a partir de uma perspectiva em que a transfiguração dos símbolos, por força das circunstâncias proporcionadas por um longo processo feito de ausência envolvendo um corte radical, como é o que as telas em causa permite apreciar. Pena é – e a observação crítica é válida para a totalidade das opções que no plano da iconografia a solução gráfica do volume adoptou – que as imagens tenham sido reduzidas a miniaturas, impedindo uma visualização adequada das representações. Todavia, o que é importante, é que o exercício crítico de Gabriela Castro oferece, de facto, a oportunidade de captar a açorianidade, que em Tomás Borba Vieira como que surge reconstruída, numa linha interpretativa coincidente com a leitura que Onésimo Almeida defende, como já aqui referimos. Este trabalho de Gabriela Castro estimulará, estamos certos, uma maior atenção sobre estas duas obras que a autora de algum modo, ajuda a projectar para um plano de renovada relevância. A Mesa Redonda destinada a tratar das questões dos “Sentidos e simbologia” inicia-se com a intervenção de Isabel Albergaria a que deu o título

de “Figurações mágico-simbólicas na Arquitectura açoriana. Sinais de uma identidade emersa”. Transporta-nos para o mundo das artes decorativas e dos elementos que em muita da nossa arquitectura sobressaem entalhados no basalto da terra. A autora não deixa de colocar interrogações fundadas em judiciosas considerações técnicas que autorizam que se questione, a este nível, a busca de uma significação destes elementos como algo mais do que um “tipismo local”, como refere. A intervenção que vem a seguir, dando pelo título de “Em torno de «Açorianidade: sentidos e simbologia» é da autoria de Berta Pimentel Miúdo. Um texto que, tal como o da colega Gabriela Castro, não dispensa uma elaborada reflexão filosófica como suporte de uma busca muito original que ela própria sente situar-se nos limites de algo que é a um tempo, consistente e fugidio. Nesta aproximação filosófica, necessariamente complexa como é em geral este tipo de exercício, mas não impenetrável, parte da formulação nemesiana do conceito de açorianidade, mas propondo uma reaproximação à luz de três vertentes, como são o sentido estruturante de pertença, o desejo entendido como “eixo axial” capaz de viabilizar uma perspectivação de futuros, e a ideia de preocupação como impulso no sentido da universalidade, não obstante este elemento

se revelar, aparentemente, paradoxal ao abrir caminhos de uma dimensão globalizante face a uma realidade tão singular. Gustavo Fraga e José Enes, ao terminar a sua estimulante proposta de análise, e em particular esta ampla perspectivação universalizante, são citados como coriféus de um pensamento inspirador.

Margarida Vaz do Rego no âmbito da mesa redonda, regressa às artes, desta feita com a escultura de Canto da Maia. Creio que Margarida Vaz do Rego tomou em mãos o mais difícil dos desafios. E isso depreende-se do seu texto quando detecta nas opções estéticas de Canto da Maia, inseridas nas correntes do modernismo, uma linguagem a dificultar qualquer descoberta de eventuais elementos denunciadores de uma identidade açoriana. A leitura de alguns autores citados, que insistem nesta busca, não passa, do meu ponto de vista, de uma tentativa rebuscada de encontrar evidências de remota inteligibilidade, mesmo que se admita que a estrutura mental do artista e o seu perfil psicológico possa denunciar uma ligação de fidelidade ao arquipélago de origem. Susana Serpa Silva prossegue a identificação dos sinais de açorianidade na obra de artistas, exactamente com o sugestivo título de “Sinais de Açorianidade na pintura açórica contemporânea”. Reconhecendo embora a universalidade da arte, aponta os

sinais perceptíveis em significativo número de obras que acompanham, de novo numa absurda reprodução miniaturizada, o trabalho, fazendo desfilar nesta galeria os artistas plásticos mais representativos da açorianidade, sem omitir o esquecido Duarte Maia em obra que remonta ao século XIX, sublinhando uma pluralidade de símbolos e sinais na variedade das representações estéticas analisadas.

Na conferência que dá pelo nome bem apelativo de “O próximo e o longínquo. As vivências na Açorianidade”, Michel Renaud, frequente visitador da academia açoriana, encerra esta obra sobre a açorianidade, a insularidade e as mudivivências, que uma e outra implicam no plano existencial de uma gente a um tempo enraizada e desenraizada; de uma gente que parte e que fica; de uma gente que sonha e que realiza sem perder horizontes. Talvez os horizontes movediços que nos são propostos por Berta Miúdo e que o tempo e as circunstâncias recriam, surgindo envoltos em novas roupagens.

Michel Renaud na sua conferência, de novo em articulado que o filósofo terá dificuldade em dispensar, habituado como está ao uso de uma utensilagem mental que o capacita para a descodificação de sentidos e linguagens que busca em três atitudes essenciais que procura dissecar, como são o “acto de habitar”, a “vivência nos

Açores” e os “traços universais de vivência particular da açorianidade”. Esta formulação, na sua simplicidade, requer um esforço de compreensão bem mais complexo, até porque envolve análises elaboradas em que, por exemplo, a presença essencial da relação determinante com o Oceano, entendido como “prolongamento dos caminhos terrestres” e a sua percepção, se revelam fundamentais na destrição do raciocínio do autor, fundamentando algo que na conferência é basilar, ou seja, o sentido do próximo e do longínquo para que apela o título. É ainda neste discurso filosoficamente elaborado que, no cruzamento dos elementos Aristotélicos, alicerça a conclusão de uma perene harmonização da dimensão vertical e horizontal do homem açoriano, pese embora a ameaça telúrica que identifica e na qual radicará uma dimensão de transcendência propiciadora de felicidade que os açorianos preservam na expressão da sua fé, a qual comporta um sentido de solidariedade que fortalece uma posição mediadora a qual, como afirma, credencia os Açores “com uma missão ética numa trajectória existencial” entre mundos. É no fundo, um posicionamento que permite, pelo olhar do longínquo, valorizar uma proximidade. Diríamos, a completar esta ronda pelos textos que compõem este livro, que as palavras de Michel Renaud têm implícita

a ideia de que o ser açoriano, nesta visão de “habitante do mundo”, se pode revelar como elemento instrumental.

A recensão de uma obra deste género, reunindo um significativo número de autores, obriga a não omitir referência à totalidade dos trabalhos individuais ali incluídos. Por isso, a economia de palavras sai penalizada e a paciência dos ouvintes, como posso imaginar, gravemente afectada.

Tenho, no entanto, de pedir um pouco mais de benevolência para algumas considerações finais.

Acabei de apresentar um livro importante que, a partir de agora, tomará lugar incontornável na bibliografia especializada sobre as questões da identidade açoriana. Modesto, imerecidamente, na sua apresentação gráfica, mas de grande riqueza de conteúdo, por mais desigual que a atenção dedicada a alguns temas pelos respectivos autores possa surgir à luz dos critérios com que cada leitor os julgará.

Um livro que certamente não esgota o tema e que fala de nós todos sob perspectivas multifacetadas na diversidade da expressão que cada interveniente entendeu oferecer da açorianidade e das mundividências que essa condição gera. Das mundividências

que são tantas e diversas quantas “a circunstância” inerente a cada um dos insulares destes Açores que partilham origem, experiência de vida, cultura, tradição e esse fascínio nostálgico de quem, estando preso à sua ilha, imagina os longes, ou que, estando ausente, anseia pelo regresso e pelo reencontro que devolve a inteireza de si mesmo ao contemplar de novo o espaço que o distanciamento tornara difuso. Permitam, e não o faço por acaso, que evoque o florentino Roberto de Mesquita no seu poema “Olhos Amigos” ao sentir-se transportado para longínquas paragens num barco imaginário, afastando-se da ilha:

(...)

Mas nunca em minha mente se deliu
esse momento amargo
em que, de pé, na tolda do navio,
fazendo-me ao mar largo,
lá ao longe, nos campos viridentes,
essas janelas tristes descobria,
como dois grandes olhos conscientes,
dizendo adeus ao barco que fugia...

e no poema “Os que ficam” completa-se de algum modo esta intimidade sofrida de que destaco este verso de sentida mágoa:

(...)

Vós outros que avistais, partindo, emocionados,
o pranto de que tem os olhos marejados,
aqueles que vos vão o seu adeus dizer,

(os amigos de infância, as trémulas esposas)
por certo não notais o mudo adeus das cousas,
em cujo coração bem poucos sabem ler!

É verdade que estamos a citar um simbolista e, por isso, este pulsar animado das coisas surge com a força de uma presença tão vital como a das próprias pessoas. Na verdade, o sentido da açorianidade, aliás numa leitura fiel a Nemésio, exige de um modo inelutável, o envolvimento da materialidade e dos objectos que se tornaram familiares e que os sentidos apercebem. Por isso Vitorino Nemésio (e o meu mestre já falecido, Dr. Tomás da Rosa, seguia na sua esteira), entendia que na obra de Roberto de Mesquita, *Almas Cativas*, havia “alguma coisa de essencial à condição humana tal como ela se apresenta nas ilhas dos Açores”. De facto, alguma coisa da idiossincrasia que estrutura o íntimo de cada açoriano.

Com esta incursão por entre as páginas de Roberto de Mesquita, quero apenas significar que enquanto os seus versos – estes e outros – tiverem um eco audível, a reflexão sobre a açorianidade prosseguirá certamente. O próprio Nemésio não deu por concluído o seu olhar perscrutador sobre a formulação que em 1932 nos legou. De facto, admitindo que os “segredos do ser açoriano” ficavam por clarificar, lá ia exprimindo o desejo de que, algum dia, no remanso da sua

ilha, tentaria um ensaio sobre a sua açorianidade. O desafio, afinal, também para nós, continua em aberto como comprova este livro.

Por fim, permitam que dedique algumas breves palavras para três senhoras cujo nome consta da ficha técnica do livro como responsáveis pela coordenação editorial – as Professoras Doutoradas Gabriela Castro, Berta Pimentel Miúdo e Magda Carvalho. É que o seu papel vai bem para além de responsabilidades editoriais, situando-se num processo longo e aturado que recua à concretização do projecto, à realização da Conferência e, agora, à iniciativa editorial que, em boa hora, resolveram empreender, tornando acessível a um público mais

alargado o conhecimento de temas que ajudam à compreensão de nós próprios e do lugar que ocupamos no mundo. Mais. Este processo merece igualmente apreço na medida em que representa claro exemplo de uma vertente essencial da missão da Universidade dos Açores, a que pertencem, na muito relevante componente de transferência de conhecimento para além dos limites estritos da comunidade académica, concretizando uma vocação a que a academia açoriana não pode, nem deseja, ficar alheia. Esta, certamente, uma iniciativa que as torna credoras de reconhecimento por um contributo de qualidade superior, que acrescenta valor significativo ao conhecimento de que até agora dispúnhamos. RICARDO M. MADRUGA DA COSTA